

Constituição e Direitos Humanos

TUTELA DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

2022

Eduardo Cambi

Letícia De Andrade Porto

Melina Girardi Fachin

CONSTITUIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

TUTELA DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

© Almedina, 2022

AUTOR: Melina Girardi Fachin, Eduardo Cambi e Letícia de Andrade Porto

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556275307

Junho, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cambi, Eduardo
Constituição e direitos humanos : tutela dos
grupos vulneráveis / Eduardo Cambi, Letícia de
Andrade Porto, Melina Girardi Fachin. -- São Paulo :
Almedina, 2022.

ISBN 978-65-5627-530-7

1. Constitucionalismo - América Latina 2. Direitos
humanos 3. Grupos vulneráveis - Direitos 4. Tutela
diferenciada - Técnicas I. Porto, Letícia de Andrade.
II. Fachin, Melina Girardi. III. Título.

22-106213

CDU-342.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos : Direito 342.7
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

PREFÁCIO. 13

INTRODUÇÃO. 15

PARTE I

HERMENÊUTICA DOS DIREITOS HUMANOS 23

1. DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO
NO CONTEXTO REGIONAL LATINO-AMERICANO. 25

 Direitos humanos, democracia e Estado de Direito constituem
 o tripé de sustentação do Direito Constitucional Multinível. 25

2. DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS 39

3. PLURALIDADE DE ORDENS JURÍDICAS 57

4. DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE CULTURAL 69

5. PROTEÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS HUMANOS, BLOCO DE
CONSTITUCIONALIDADE E O STATUS NORMATIVO
DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO
INTERNO BRASILEIRO 89

6. TEORIA DO DUPLO CONTROLE: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE/CONVENCIONALIDADE	117
7. INTERPRETAÇÃO CONFORME OS DIREITOS HUMANOS	149
7.1. Máxima efetividade dos direitos humanos	160
7.2. Interpretação pro persona	161
7.3. Proteção do Mínimo Existencial.	171
7.4. Interpretação Progressiva	179
7.5. Proibição de Retrocesso.	186
8. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO.	191
9. DIÁLOGOS ENTRE SISTEMAS JURÍDICOS E ENTRE JURISDIÇÕES (VERTICAL E HORIZONTAL)	211
10. ICCAL – IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE LATINO-AMERICANO.	225
11. REDES DE PROTEÇÃO	235
 PARTE II	
TUTELA DIFERENCIADA DOS GRUPOS VULNERABILIZADOS. . .	239
1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SUPERANDO O ENFOQUE ADULTOCÊNTRICO	249
2. MULHERES: POR UM CONSTITUCIONALISMO MULTINÍVEL FEMINISTA	257
3. AFRODESCENDENTES: VIDAS NEGRAS IMPORTAM.	283
4. PESSOAS ENCARCERADAS: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E INCONVENCIONAL	299
5. POPULAÇÃO LGBTQIA+ : O DIREITO DE SER	311
6. MIGRANTES E REFUGIADOS: O DIREITO A TER DIREITOS	327

7. IDOSOS: O DIREITO HUMANO DE ENVELHECER COM DIGNIDADE	341
8. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REMOVENDO BARREIRAS	347
9. POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: O GENOCÍDIO BRASILEIRO	355
10. COVID-19 E OS DIREITOS HUMANOS: UM PRIMEIRO DIAGNÓSTICO	379

PARTE III

SISTEMA DE JUSTIÇA MULTINÍVEL	413
--	------------

1. A IMPORTÂNCIA DAS CORTES REGIONAIS EM DIREITOS HUMANOS E DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	415
1.1. A Corte Europeia de Direitos Humanos	415
1.2. A Corte Africana de Direitos Humanos	420
1.3. Sistema Interamericano de Direitos Humanos	429
1.4. O papel do Tribunal Penal Internacional para a Consolidação dos Direitos Humanos	438
1.5. “Europeização” da Corte Interamericana de Direitos Humanos e “Interamericanização” da Corte Europeia de Direitos Humanos . . .	447
2. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	453
2.1. Vinculação dos precedentes das Cortes Internacionais	459
2.2. A possibilidade da descriminalização do crime de desacato e a liberdade de expressão	466
2.3. A ADPF nº 347 e a Audiência de Custódia	483
2.4. A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5357/16 e o ensino inclusivo.	489
2.5. A ADPF nº 635/RJ e a violência policial (que persiste)	492
3. OS DIÁLOGOS E A ATUAÇÃO DOS DEMAIS ATORES NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.	499
3.1. O papel do Ministério Público na Defesa dos Direitos Humanos . . .	502

3.1.1. Ministério Público e o Exercício do Controle de Convencionalidade.	512
3.1.2. A atuação extrajudicial do Ministério Público e a proteção dos direitos humanos	517
3.2. A defensoria pública e a proteção dos direitos humanos	524
3.3. Advocacia	527
3.4. As Polícias e a tutela dos direitos humanos	530
4. SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DOS DIREITOS HUMANOS	555
5. COMUNIDADE DE PRÁTICA EM DIREITOS HUMANOS.	571
6. ACESSO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	579
7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E O PAPEL DOS <i>AMICI CURIAE</i>	587
8. EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	605
CONCLUSÕES.	615
REFERÊNCIAS.	621